



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Fluxos Migratórios e Políticas Sociais

## **Um estudo bibliográfico sobre a migração infantil no Brasil**

Ketlin Petini Barreto<sup>1</sup>  
Ana Paula Zaikievicz Azevedo<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo apresentar uma análise bibliográfica sobre a produção de trabalhos científicos, desenvolvidos no período de 2000 a 2017, referentes a migração infantil, no Brasil. Tal pesquisa se torna relevante, pois a migração tem aumentado significativamente em nosso país, nos últimos anos. A metodologia desta pesquisa é qualitativa, com caráter bibliográfico. A pesquisa foi desenvolvida em sites de buscas, como: SCIELO e ANPED. Os resultados apontam a existência de inúmeros trabalhos envolvendo a temática da migração, no entanto, poucos retratam aspectos sobre a criança e seu processo migratório.

**PALAVRAS-CHAVES:** Migração infantil; crianças; pesquisas.

**ABSTRACT:** The purpose of this work is to present a bibliographical analysis on the production of scientific papers, developed in the period from 2000 to 2017, concerning child migration in Brazil. Such research becomes relevant, since migration has increased significantly in our country in recent years. The methodology of this research is qualitative, with a bibliographic profile. The research was developed in search sites, such as: SCIELO and ANPED. The results point to the existence of many works involving the theme of migration, however, few portray aspects about the child and its migratory process.

**KEYWORDS:** Child migration; children; researches.

## **INTRODUÇÃO**

---

<sup>1</sup> Acadêmica do 5º semestre do curso de Pedagogia – Universidade Católica Dom Bosco, aluna participante do PIBIC.

<sup>2</sup> Docente do curso de Pedagogia - Universidade Católica Dom Bosco, professora orientadora do PIBIC.



Este texto é resultado de uma pesquisa, desenvolvida no Programa de Iniciação Científica,<sup>3</sup> e teve como principal objetivo analisar a produção acadêmica sobre as crianças imigrantes brasileiras, no período de 2000 a 2017. A investigação foi desenvolvida em dois principais sites de busca, o Scientific Electronic Library Online - SCIELO, e no banco de dados da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED.

Sabemos que a questão da migração no Brasil, é algo que acompanha a história do desenvolvimento do país, no entanto, atualmente esse movimento tem se intensificado, inclusive em relação as crianças. No entanto, mesmo sendo um tema que esteja em evidência, principalmente por intermédio das mídias, entendemos que ele precisa ser discutido, através das pesquisas, especialmente no que concerne a questão da relação entre o processo migratório e as condições das crianças, diante desse processo.

Para melhor organização, esse texto foi organizado em três sessões, sendo que na primeira, discutimos acerca da migração e sua relação com a infância, na segunda sessão, destacamos os resultados obtidos com a realização da pesquisa e para finalizar, na terceira sessão apresentamos as conclusões, onde discorreremos algumas considerações acerca desse trabalho.

## **DISCUSSÕES ACERCA DA MIGRAÇÃO E A INFÂNCIA**

A migração é um ato espontâneo ou necessário, onde indivíduos de determinados países, cidades ou áreas geográficas se deslocam para outras áreas geográficas com culturas, religiões hábitos e conceitos diferentes. O processo migratório pode ocorrer devido a vários fatores, os quais influenciam diretamente na vida dos sujeitos, contribuindo para que esses, decidam pela realização do processo migratório. Dentre esses fatores, podem ser destacados a economia local, o bem-estar/mal-estar do sujeito, a cultura, as guerras, as condições financeiras, os conflitos, dentre outros motivos internos do lugar em qual o sujeito reside.

---

<sup>3</sup> PIBIC – Programa de Iniciação Científica, desenvolvido na Universidade Católica Dom Bosco-UCDB, no ano de 2018.



A migração pode ser a busca por uma vida melhor, a ocasião de migrar significa esperança, renovação, significa desejo de uma vida nova, um sonho de recomeçar a vida e ser reconhecido como um cidadão, pois na maioria das vezes, quem migra espera encontrar melhores condições para o sustento e bem-estar próprio, assim como dos familiares que o acompanham.

Diante desse processo migratório, alguns países têm sido maiores alvos de migrações, como é o caso do Brasil. De acordo com dados apresentados pelo site da Organização das Nações Unidas (ONU) podemos identificar números que comprovam esse grande número de casos decorrentes do processo migratório.

A quantidade de migrantes aumentou 41% em 15 anos. ONU enfatiza benefícios da migração bem administrada, que favorece os países de origem e de destino dos estrangeiros. O número de migrantes internacionais aumentou mais rápido do que o crescimento da população, de acordo com as Nações Unidas. Com isso, a quantidade de migrantes totaliza 3,3% da população global em 2015, enquanto em 2000 somavam 2,8% (Organização das Nações Unidas, 2016).

Através de dados apresentados pelo Relatório da Organização Internacional para as Migrações (OIM), o qual está disponibilizado no site das Nações Unidas<sup>4</sup>, constata-se que entre o período de 2010 a 2015, a população de imigrantes vivendo no Brasil, aumentou em 20%, a qual chegou a atingir o número de 713 mil imigrantes residentes no país, sendo que desse número, aproximadamente 207 mil imigrantes, vieram de outros países da América do Sul.

Há de ressaltar também que diante do processo migratório, se encontram as crianças, as quais são incluídas nesse processo, muitas vezes sem a presença dos pais e ao chegarem ao novo território não têm acesso à educação, saúde, e todos os serviços sociais que precisam. Esse processo se torna muitas vezes doloroso para a criança, que vê seus sonhos sendo deixados para trás e a angústia de não saber o que encontrará no novo lugar que habitará.

De acordo com estudos desenvolvidos por Costa e Weber (2016, p.3), é possível identificar que

[...] hoje já consta um número chocante de cinquenta milhões de crianças e adolescentes que migraram internacionalmente ou foram forçados a fugir de suas casas por conta da violência. Este é um número de grande impacto, o que já se

---

<sup>4</sup> Disponível no endereço: <https://nacoesunidas.org/populacao-de-migrantes-no-brasil-aumentou-20-no-periodo-2010-2015-revela-agencia-da-onu/>



apresenta figurativamente como uma nação de pessoas em busca de um lugar para que em paz, possam exercer sua cidadania.

A partir desse contexto, vale mencionar que nem sempre o processo de migração infantil acontece de forma tranquila e com sucesso, pois muitas crianças nem chegam a concluir o trajeto migratório. Na mesma ótica, precisamos pensar de que forma essas crianças estão sendo acolhidas e recebidas no novo território.

A partir disso, devemos considerar a importância do processo de adaptação das crianças ao novo território, que ao migrarem especialmente de um país para o outro, encontram novos costumes, novas culturas, nova língua. A partir da migração, as crianças precisam se esforçar para adaptar-se ao novo meio no qual estão vivendo, pois na maioria das vezes, esse meio não está preparado para receber essas crianças, com suas diferentes culturas, seus costumes e suas línguas maternas.

Tais dificuldades são ainda maiores, se considerarmos a realidade das crianças que migram através do refúgio. De acordo com Mattos (2016, p. 3)

[...] vê-se que um indivíduo que é, concomitantemente, criança e refugiado, está sujeito a uma situação de dupla vulnerabilidade, pois tais condições, se somadas, acentuam ainda mais as dificuldades de cada um. Mais do que estar formando sua personalidade, a criança refugiada também estará lidando com situação de mudança de país, de língua e de cultura. Além de estar lidando com os problemas comuns à idade, a criança refugiada terá também que conviver com eventuais traumas que lhe tenham sido causados pelos conflitos e perseguições que ocorreram no seu país de origem. (MATTOS, 2016, p. 3).

A autora ainda considera que quando a criança migra, muitas coisas são deixadas para trás, como amigos, escola ou até mesmo famílias. Ressalta-se ainda que essa criança não sabe muitas vezes o que irá acontecer consigo, mas carrega sempre a esperança por uma vida melhor.

A partir disso, é importante que tenhamos clareza sobre o fenômeno da migração infantil, que segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU) vem crescendo gradativamente.

As estatísticas revelam que a migração infantil é um fenômeno crescente no cenário internacional. Segundo dados da Organização Internacional das Migrações (OIM), 15% dos 244 milhões de imigrantes registrados no ano de 2015, ou seja, 37 milhões de pessoas possuíam menos de 18 anos (IOM, 2016). Segundo o UNICEF (2016), cerca de 50 milhões de crianças cruzaram fronteiras, 28 milhões fugindo de violência e insegurança. Além dessas, podemos contar outras 17 milhões que se deslocaram dentro de seus Estados nacionais, sendo consideradas como deslocadas internas. (MARTUSCELLI, 2017, p. 78).



Há de ressaltar ainda que muitas crianças após o processo migratório continuam na luta pela vida, muitas acabam caindo em situações de trabalho infantil, abuso sexual, prostituição, ou até mesmo envolvendo-se com o tráfico. É nesse sentido, que entendemos a importância de estudos, lutas pela efetivação das políticas públicas e ações que visem um bom acolhimento dessas crianças.

Diante disso, precisamos compreender que a criança é um sujeito de direitos, que precisa ser amparada por meio das políticas públicas, a fim de ter seus direitos garantidos, independente do seu território.

Nesse sentido, podemos destacar a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, aprovada pelas Nações Unidas, no ano de 1989. A Convenção representou um ganho significativo para a infância, à medida em que estabeleceu uma série de direitos fundamentais para as crianças de todo o mundo.

Aprovada por unanimidade pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 20 de novembro de 1989, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança foi a principal referência para a elaboração do ECA. Além de sistematizar as bases da Doutrina da Proteção Integral da Infância e da Adolescência, ela estabelece os princípios gerais de proteção aos direitos humanos de crianças e adolescentes e cria uma série de responsabilidades para os países signatários (CONANDA, 2007, p. 14).

No Brasil, todas as crianças, sejam elas migrantes ou refugiadas, possuem os mesmos direitos que as crianças nascidas no país. Nessa ótica, destacamos também o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)<sup>5</sup>, o qual

[...] garante direitos para todas as crianças (pessoas com até 12 anos) e adolescentes (jovens entre 12 e 18 anos) no país, inclusive aqueles em situação de migração forçada. O ECA foi escrito tendo as crianças como sujeitos e portadores de seus direitos e é baseado nos princípios do superior interesse da criança, na busca de sua proteção prioritária e integral e na responsabilidade primária e solidária do poder público (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 1990).

Consideramos de suma importância conhecer as políticas que defendem as crianças, especialmente no que concerne os direitos assegurados para as crianças migrantes. Tal conhecimento vai ao encontro, de medidas que assegurem tais políticas serem efetivadas na prática, a fim de garantir que as crianças não sejam vítimas de negligência, mas sim que possam ter uma vida digna, com qualidade e com seus direitos assegurados.

---

<sup>5</sup> O ECA foi criado a partir da Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990.



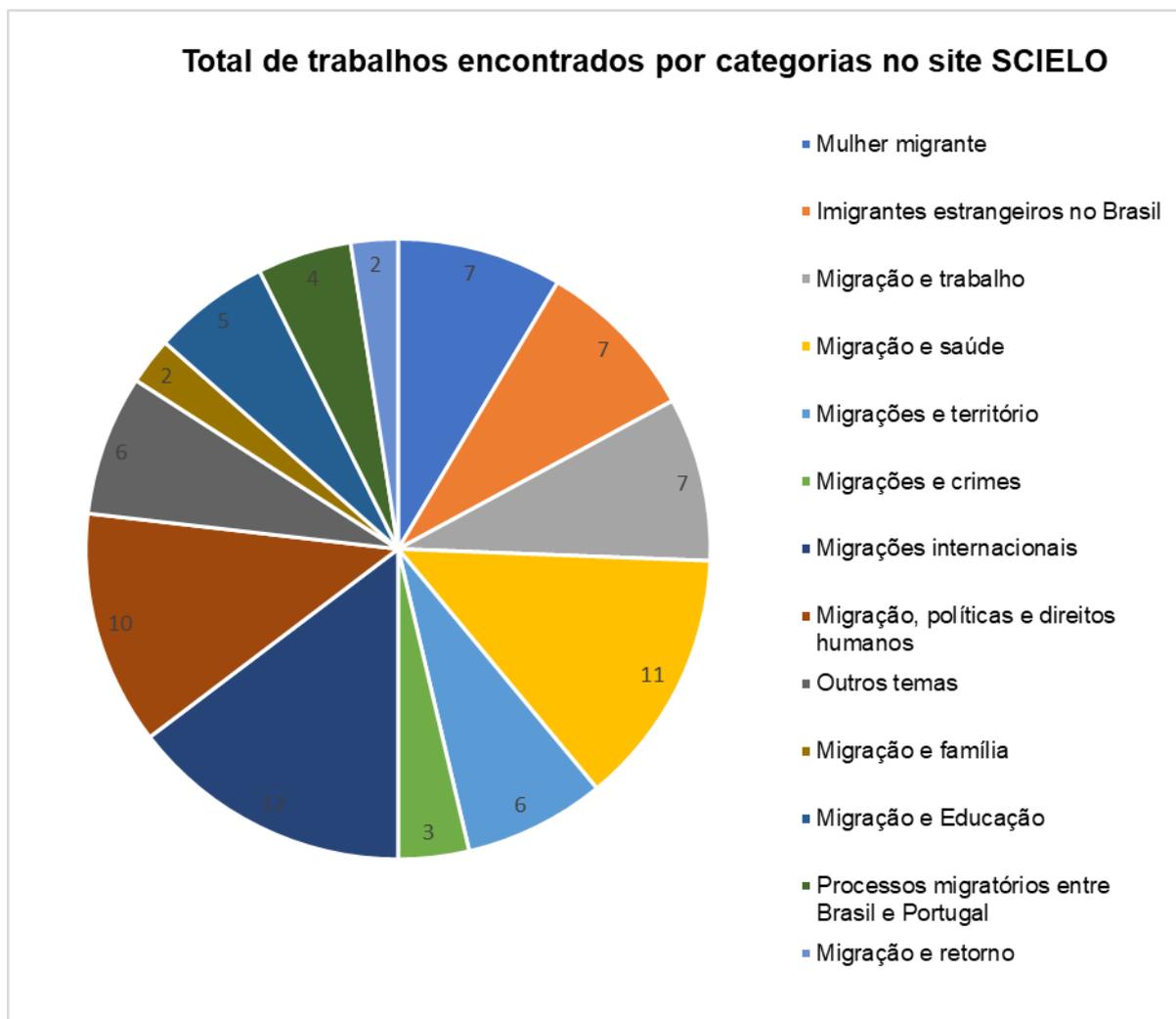
## **O CENÁRIO DA PESQUISA SOBRE AS CRIANÇAS MIGRANTES NO BRASIL**

Durante a pesquisa desenvolvida no banco de dados do SCIELO, ao utilizamos a palavra-chave, “migração” apareceram 665 trabalhos, porém desse número de trabalhos, apenas 82 estão de fato, relacionados a temática da migração. Para encontrar esse dado, consideramos o período de publicações dos trabalhos, entre 2000 a 2017 e também as pesquisas que foram publicadas no Brasil.

A partir da leitura dos títulos e resumos desses 82 trabalhos encontrados sobre migração, pudemos perceber que eles apresentam diferentes enfoques da temática da migração, no entanto, nenhum deles, apresenta a temática da migração infantil ou das políticas públicas educacionais brasileiras sobre a criança migrante.

Para um maior entendimento acerca dos 82 trabalhos encontrados, os mesmos foram agrupados em um gráfico, no qual foi possível identificar os diversos temas que permearam as pesquisas desenvolvidas sobre migração.

### **Gráfico 1 – SCIELO – descritor “migração”**



Como pode ser analisado, o gráfico 1 demonstra que dos 82 trabalhos selecionados, foi possível identificar doze temáticas diferentes, envolvendo a problemática da migração. Além disso, alguns trabalhos estão relacionados a temática da migração, mas não se enquadraram em nenhuma categoria, dessa forma, foram organizados a partir de uma categoria específica, denominada “outros temas”.

Há de ressaltar que a partir da busca realizada no SCIELO, o maior número de trabalhos encontrados sobre migração, se refere a temática das “migrações internacionais”, totalizando doze trabalhos encontrados, na sequência, se destacam os trabalhos envolvendo a “migração e saúde” com onze trabalhos e a temática das “migrações, políticas e direitos humanos”, nas quais foram encontrados dez trabalhos. Ressalta-se que essas três categorias, foram as que concentram um



maior número de trabalhos sobre migração, demonstrando que as pesquisas desenvolvidas sobre migração no Brasil, estão mais ancoradas nessas temáticas.

As próximas categorias encontradas com maior destaque nos trabalhos, se referem as temáticas: “migração e trabalho”, “imigrantes estrangeiros no Brasil”, e “mulher imigrante”, com o total de sete trabalhos encontrados, em cada categoria. Também foram encontrados seis trabalhos referentes a temática das “migrações e dos territórios”.

A próxima categoria destacada, aborda a relação da “migração com a educação”, a qual totalizou cinco trabalhos encontrados, porém nesta categoria, nenhum trabalho retrata a criança e a infância no processo migratório, demonstrando a falta de pesquisas que se dediquem a entender de que forma ocorre a migração infantil.

Na próxima categoria, destacam-se quatro trabalhos encontrados, acerca dos “processos migratórios entre Brasil e Portugal”, três trabalhos, sobre “migração e crime” e para finalizar as categorias, destacam-se dois trabalhos encontrados a partir dos temas: “migração e retorno” e “migração e família”.

Além desses trabalhos organizados em categorias, foram encontrados seis trabalhos, denominados a partir de outros temas, os quais não se encaixavam em nenhuma das categorias apresentadas. Dessa forma, os trabalhos estão aqui apresentados, a partir de seus títulos, são eles: 1. Direito de excluir ou dever de acolher? A migração forçada como questão ética. 3. Migrantes por amor? Ciclo de vida, gênero e a decisão de migrar em diferentes fases da vida, 4. Migração e usos sociais do facebook: uma aproximação à webdiáspora senegalesa no Rio Grande do Sul. 5. Migração e rendimentos no Brasil: análise dos fatores associados no período intercensitário 2000-2010, 6. Identidade e memória em o cisne e o aviador, de Heliete Vaitsman.

Podemos perceber que dentre os oitenta e dois trabalhos encontrados, há uma diversidade de temas que se apresentam, os quais permeiam o universo da migração, tendo destaque para os trabalhos que envolvem as problemáticas da saúde, da internacionalização, das políticas e dos direitos humanos. Para tanto, é possível perceber que mesmo nos trabalhos que envolvem a questão dos direitos humanos, há uma ausência das investigações acerca da infância e da situação das crianças no processo migratório.



A fim de investigarmos sobre um novo viés, inserimos no campo de busca do mesmo site, o descritor “políticas públicas sobre migração”. A partir disso, foram encontrados nove trabalhos, os quais foram organizados no gráfico 2, a partir de quatro categorias.

**Gráfico 2: SCIELO - descritor “políticas públicas sobre migração”**



Podemos perceber a partir do gráfico 2, a presença de quatro temáticas, envolvendo a migração, sendo cinco trabalhos relacionados a “migração e saúde”, dois trabalhos envolvendo “migração, desigualdade e direitos humanos” e um trabalho sobre a “mulher migrante”, assim como também, um trabalho envolvendo “aspectos assistenciais para as crianças migrantes”. Nota-se novamente o predomínio de trabalhos sobre a saúde, mas percebe-se um avanço no que tange a questão infantil, pois há um trabalho destacando a importância dos serviços de assistência, para atender as crianças migrantes no novo território.



Ressaltamos ainda que na busca realizada, no banco de dados de artigos, disponibilizados no site da ANPED, os resultados encontrados sobre a migração foram baixíssimos.

Utilizando as palavras-chaves “migração” foram encontrados apenas oito trabalhos, porém desse número apenas um apresentou a temática da migração, mais especificamente a questão da migração rural. Ao inserirmos os descritores “migração infantil” também não tivemos nenhum resultado e, por fim, colocando os descritores “políticas públicas para migração” foram encontrados dois trabalhos, dos quais nenhum estava voltado para a temática da migração.

A busca de dados desenvolvida e aqui apresentada, trata-se de um recorte realizado a partir de dois endereços de busca. Vale ressaltar que os referidos endereços foram escolhidos, por apresentarem uma relação com a educação e por serem reconhecidos pela sua fidedignidade de informações e trabalhos acadêmicos, assim como pelo número de trabalhos que comportam. Mesmo a pesquisa demonstrando a realidade de dois sites, os dados encontrados evidenciam que a temática da migração tem sido pesquisada, e isso torna-se de grande relevância para que possamos compreender esse movimento a partir de fontes científicas e não apenas a partir de informações transmitidas pela mídia. No entanto, percebemos o quanto ainda devem ser desenvolvidos estudos, pesquisas e análises, acerca da situação da criança migrante em nosso país.

Tal necessidade, vem ao encontro dos dados apresentados pela Secretaria Nacional dos Direitos da Criança, a qual estima que em 2018, o Brasil acolheu em média 30 mil crianças e adolescentes (BRASÍLIA, 2018).

Desse modo, compreendemos ser necessário estudos que possam identificar como vem ocorrendo esse processo, uma vez que as crianças possuem seus direitos garantidos pelas legislações, mas muitas vezes esses direitos não atingem os seus cotidianos, ainda mais se tratando da criança migrante.

Da mesma forma, essa pesquisa suscitou o questionamento de como as crianças têm tido acesso à serviços públicos no país, serviços esses como saúde e educação. Tal questionamento surge da ausência de pesquisas que retratem essa problemática, nos endereços de buscas pesquisados.

Conforme apontado por Bartlett; Rodriguez; Oliveira (2015).



A maioria dos estudos existentes sobre a migração tem se concentrado nas remessas econômicas; não se tem dado atenção suficiente às políticas sociais e especialmente às políticas educacionais para aqueles afetados pela migração. A maioria dos países das Américas professam o respeito pelo direito do migrante à educação; no entanto, geralmente o acesso à educação é limitado, e o apoio às crianças (i)migrantes, raro. (BARTLETT; RODRIGUEZ; OLIVEIRA; 2015, 1155).

A partir disso, consideramos que muito ainda temos que ser descoberto, aprendido e pesquisado acerca da temática da migração, especialmente no que se refere a situação das crianças nesse processo.

Tal necessidade se legitima na Constituição da República Federativa, mais especificamente através de seu artigo 5º, no qual se estabelece que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes [...] (BRASIL, 1988).

Há de ressaltar também a Lei de Migração<sup>6</sup>, a qual determina em seu artigo 4º que “ Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados” (BRASIL, 2017).

Dessa forma, há de ser considerada de que modo as crianças estão sendo recebidas no contexto brasileiro e de que modo estão tendo os seus direitos assegurados. Nesse processo, as pesquisas exercem uma tarefa primordial, a de ajudar na investigação e análise da referida situação, daí a importância de cada vez mais a migração ser considerada nos trabalhos científicos e investigativos.

## **CONCLUSÕES**

A partir desse estudo realizado, foi possível compreender o que é a imigração, como ela ocorre e quais são os fatores que lhe desencadeiam. Foi possível também entender que esse tema é de grande importância e que precisa ser estudado e pesquisado muito mais em nosso país, pois as crianças precisam de amparo e os estudos e as pesquisas possibilitam identificar se os seus direitos assegurados nas políticas públicas, estão sendo garantidos na prática.

---

<sup>6</sup> A Lei de Migração foi criada pela Presidência da república Brasileira, através da Lei nº 13.445, em 24 de maio de 2017.



Com a busca de dados desenvolvida nos dois endereços de procura, identificamos que há estudos sobre a migração em nosso país, porém ainda restritos há algumas temáticas mais específicas, precisando de expansão, especialmente para a questão dos processos migratórios infantis e para a análise das políticas públicas.

Esperamos que este trabalho possa contribuir acerca das reflexões desenvolvidas sobre o tema, possibilitando que os leitores possam compreender melhor a problemática apresentada, assim como possam refletir acerca da importância de darmos mais visibilidade para o público infantil inserido nos processos migratórios, uma vez que a migração infantil, especialmente em nosso país, é algo que está em grande ascendência.

A realização desse estudo também suscitou novos questionamentos sobre a migração infantil, como a necessidade em compreender de que forma as escolas tem se adaptado para incluírem os alunos imigrantes, que dominam outra língua, como é o processo de matrícula e inclusão das crianças migrantes, nas escolas nas escolas públicas brasileiras.

## REFERÊNCIAS

ACNUR. **Agência da ONU para refugiados**. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/> Acesso em: 01/05/2018.

ABRAMOWICZ, A; OLIVEIRA, F. A sociologia da infância no Brasil: uma área em construção. **Revista Educação**. Santa Maria, v. 35, n. 1, p. 39-52, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacao>. Acesso em: 19 de maio de 2015.

BARTLETT, L; RODRIGUEZ, D.; OLIVEIRA, G. Migração e educação: perspectivas socioculturais. In: **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo. V. 41, n. especial, p. 1153-1171, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v41nspe/1517-9702-ep-41-spe-1153.pdf> Acesso em: 04/06/2017.

BRASÍLIA. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança. Seminário Internacional Crianças e Adolescentes Migrantes. Brasília, 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-09/brasil-acolhe-mais-de-30-mil-imigrantes-criancas-e-adolescentes> Acesso em 12-12-2018.



BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em: 20 de janeiro de 2016.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm). Acesso em: 15 de janeiro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei N. 13.334 de 24 de maio de 2017**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm) Acesso em: 12/11/2017.

\_\_\_\_\_. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Decreto nº. 99.710 de 21 de novembro de 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm) Acesso em 28 de janeiro de 2017.

COSTA, M.M.M. da; WEBER, N. G. A infância fora do sistema: os direitos humanos das crianças e adolescentes refugiados, sua vulnerabilidade ante o tráfico internacional de pessoas e a responsabilidade dos Estados. In: **XIII Seminário Internacional de demandas sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea & IX Mostra Internacional de trabalhos científicos**. UNISC. ISSN: 2358-3010, 2016. Acesso em 21/11/2017.

CONANDA. **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar**: Orientações para a criação e funcionamento. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília, 2007. Disponível em: [http://www.mpdf.mp.br/portal/pdf/unidades/promotorias/pdij/Conselhos/Criacao\\_Conselhos.pdf](http://www.mpdf.mp.br/portal/pdf/unidades/promotorias/pdij/Conselhos/Criacao_Conselhos.pdf) Acesso em 25 de janeiro de 2017.

MARTUSCELLI, P. N. Crianças desacompanhadas na América Latina: reflexões iniciais sobre a situação na América Central. RIDH – Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos: Bauru, v. 5. n. 1, p. 77-96, jan./ jun., 2017. Disponível em: <http://www2.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/467> Acesso em 21/04/2018.

MATTOS, A. L. A criança refugiada no Brasil: entre a falta de regulamentação e a necessidade de proteção. In: **XII Seminário Nacional de demandas sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea & IX Mostra Internacional de trabalhos científicos**. UNISC. ISSN: 2358-3010, 2016. Acesso em 21/11/2017.

UNICEF. **Declaração Internacional dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10133.htm](https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm) Acesso em: 03/12/2017.